

## AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

**Estudo Técnico Preliminar 53/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 50500.036076/2025-77

**2. Descrição da necessidade**

Serviços de vigilância patrimonial armada e controle de acesso de pessoas, a serem executados de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinados à sede da ANTT/SC.

O presente estudo tem a finalidade de assegurar a viabilidade técnica e econômica para execução dos serviços contínuos de vigilância patrimonial armada e controle de pessoas destinados à sede da ANTT/SC. Os serviços em questão são essenciais para garantir a segurança das instalações, servidores, colaboradores e usuários da sede ANTT/SC. Trata-se de uma demanda de natureza contínua, cuja interrupção pode comprometer o funcionamento regular das atividades institucionais.

Deste modo, os serviços tem por finalidade desestimular ações criminosas, oferecer uma resposta rápida a incidentes, garantir a proteção do patrimônio e das pessoas, além de promover a tranquilidade no ambiente de trabalho. Os serviços deverão correr de forma ininterrupta, com a alocação de profissionais devidamente habilitados, conforme legislação vigente, para a execução de vigilância patrimonial armada, controle de acesso de pessoas, registros de entrada e saída, ações preventivas de segurança e atendimento a situações emergenciais, conforme protocolos definidos pela ANTT.

É relevante apontar que os serviços visam atender a Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, que aprova o Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), onde estabelece, em seu art. 36, inciso XI, que compete à Superintendência de Gestão Administrativa (SUDEG) "administrar os serviços gerais necessários ao desempenho das atividades da Agência". Entre essas atribuições, inclui-se a responsabilidade pela gestão e de serviços auxiliares, como os de vigilância, fundamentais para garantir o suporte às atividades institucionais da ANTT. Nesse contexto, essa necessidade está integralmente alinhada às competências regimentais da SUDEG/GELOG/COLOG-SC, que atua para prover as condições operacionais necessárias ao funcionamento das áreas finalísticas da Agência. As atividades de apoio, embora não façam parte da missão regulatória da ANTT, são indispensáveis para a manutenção da estrutura administrativa, logística e operacional, permitindo que os servidores ocupem-se das funções estratégicas e técnico-regulatórias, conforme suas atribuições legais.

Os serviços de vigilância patrimonial armada e controle de acesso de pessoas enquadram-se como serviços comuns, seus requisitos de execução e padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no edital de licitação, com base em especificações usuais de mercado, conforme preveem os normativos que regem as contratações públicas. Assim, a presente demanda busca proporcionar uma atuação efetiva das atividades na ANTT/SC, de forma contínua, eficiente e confiável, bem como obter a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

Ressalta-se também que não há impedimento para contratação, caso os serviços sejam efetuados de forma indireta, pois não compreendem atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos da ANTT, Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, enquadrando-se como atividade meio, dando suporte à missão institucional do Órgão e a promoção da racionalização dos recursos disponíveis à esta unidade. Assim, a demanda também está alinhada com o Planejamento Estratégico 2024-2030 da ANTT, conforme o Objetivo Estratégico OE16 - Oferecer estrutura física e tecnológica adequada.

Pontua-se também que o objeto não se enquadra nos itens do Catálogo Eletrônico de Padronização do Ministério da Gestão e da Inovação dos Serviços Públicos, e que as informações contidas não se enquadram em nenhum dos incisos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, não sendo classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas.

Os serviços demandados também estão compreendidas entre as atividades que devem ser preferencialmente objeto de execução indireta, em consonância ao disposto no art. 2º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e conforme a Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018. E esse entendimento também é validado pelo TCU, que considera que "o processo de terceirização, devidamente manejado, pode ser eficiente meio de modernização da estrutura estatal" (Acórdão nº 256/2005 TCU-PLENÁRIO). Em outras palavras, a Administração Pública se pauta na aplicação eficaz de seus recursos, buscando obter o melhor resultado com o menor dispêndio. Assim, estes normativos trouxeram de forma expressa a possibilidade de contratação de forma indireta de diversas atividades, dentre as quais situam-se os serviços de vigilância.

Além da necessidade demonstrada, o ponto determinante para demanda em tela é impossibilidade de prorrogação do contrato atual. Os serviços de vigilância atualmente prestados na sede ANTT/SC são oriundos do Contrato nº 021/2020, já no limite de prorrogação imposto pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, 60 (sessenta) meses.

Face ao exposto, concluiu-se que a demanda pretendida se configura de fundamental importância, estando presente o interesse público e a conveniência em executar indiretamente os serviços.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Apoio Logístico de Santa Catarina - COLOG/SC	Fabiana Carvalho da Silva

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A demanda da unidade refere-se à prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada e controle de acesso de pessoas, destinados à sede da ANTT /SC, devendo ser prestado no seguinte endereço:

**Sede ANTT/SC**

Rua Felipe Neves, nº 413 - Bairro Canto

Florianópolis - Santa Catarina

CEP.: 88.070-760

O local de prestação dos serviços poderá ser alterado conforme necessidade da administração, desde que haja interesse público devidamente justificado e sejam respeitados os limites legais.

Ressalta-se também que os serviços não estão contemplados no Catálogo Eletrônico de Padronização da Administração Pública Federal, mantido pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Esse catálogo tem como objetivo a padronização de itens (bens e serviços) a serem contratados pela Administração Pública, conforme estabelecido pela Lei nº 14.133, de 2021, e pela Portaria Seges/ME nº 938, de 2022. No entanto, até o momento, o catálogo contempla apenas a itens de natureza material, como água mineral, café e açúcar, não incluindo serviços como vigilância patrimonial armada.

Assim, as especificações técnicas, quantitativos e requisitos de execução dos serviços serão definidos com base nas necessidades específicas da sede ANTT/SC, observando os parâmetros legais e de mercado, conforme orienta a Lei nº 14.133/2021.

O primeiro ponto a observar é que os serviços serão objeto de execução indireta, conforme estabelece o §1º do art. 3º, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, pois não envolvem atividades de tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; e nem os serviços que sejam considerados estratégicos. Dessa forma, a contratação pretendida se refere a disponibilidade de serviços de vigilância, que se caracterizam como serviços acessórios, instrumentais e auxiliares, onde não há impedimento para a execução indireta dos serviços.

Acrescenta-se que, nos termos da Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Anexo V, subitem 2.6, alínea d. 1.2, e considerando as características dos serviços, cuja natureza não permite a aferição do desempenho com base nos resultados para fins de pagamento, a contratação será realizada por posto de trabalho. Essa solução já é adotada no âmbito da ANTT/SC para os serviços de vigilância, tendo se mostrado eficiente e adequada às necessidades operacionais, especialmente por envolver atividades de natureza contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra e exigência de profissionais habilitados.

Considerando que a sede da ANTT/SC está localizada em recinto compartilhado com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), e que esta já dispõe de serviços de vigilância armada no período noturno, este estudo focará na demanda da ANTT/SC por serviços de vigilância armada no período diurno, das 7h às 19h.

Dessa forma, os serviços deverão estar disponíveis 12 horas por dia, durante todo o período, com profissional habilitado para o uso de arma de fogo, atendendo às demandas regulares, e as que se apresentarem de forma imprevisível e mutável. Dessa forma, os serviços demandados possuem natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme definição constante no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, com atividades permanentes, essenciais e ininterruptas ao funcionamento da sede ANTT/SC.

Conforme exposto, trata-se de serviços indispensáveis como suporte às atividades da Agência, cuja interrupção comprometeria o desempenho institucional da ANTT, gerando prejuízos operacionais, administrativos e regulatórios. Dessa forma, está caracterizada a necessidade de sua prestação contínua, o que justifica seu enquadramento como serviço de natureza continuada. Nesse contexto, e considerando o cenário das atividades na sede ANTT/SC, recomenda-se que a duração inicial do contrato seja de 24 (vinte e quatro) meses, conforme permitido no art. 106 da Lei nº 14.133/2021, com possibilidade de prorrogação por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 10 anos, conforme previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observados os critérios de vantajosidade e interesse público. Assim, estes deverão ser executados com as seguintes qualificações:

**Qualificação Técnica da empresa**

Para execução dos serviços de vigilância, a empresa licitante deverá ter autorização de funcionamento expedida pelo Departamento de Polícia Federal e seguir todo ordenamento disposto na Lei nº 14.967, de 09 de setembro de 2024, e na Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10/12/2012.

*Art. 4º - A prestação de serviços de segurança privada depende de autorização prévia da Polícia Federal, à qual competem o controle e a fiscalização da atividade, nos termos do art. 40. (Lei nº 14.967/2024)*

*Art. 11 - As empresas de vigilância patrimonial autorizadas a funcionar na forma desta Portaria deverão comunicar o início de suas atividades à Secretaria de Segurança Pública da respectiva unidade da federação. (Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF)*

A empresa também deve possuir todas as certificações previstas em legislações e normativos complementares que regulam o setor de serviços de vigilância e possuir experiência e conhecimentos necessários para a correta seleção e treinamento de seus colaboradores, sendo razoável exigir experiência mínima de 03 (três) anos nos serviços demandados.

É fundamental que a empresa possua estrutura e organização institucional capazes de prover prestação de serviços sem discontinuidades, viabilizando a imediata reposição em caso de ausências do profissional alocado. Assim, a empresa deverá possuir escritório no município de Florianópolis/SC, ou região metropolitana, além de atender os demais critérios de habilitação jurídica, econômica, e possuir regularidade fiscal e trabalhista.

Além das condições acima mencionadas, o ordenamento citado impõe condições à operação dessas empresas. Assim, destacamos que os sócios ou proprietários não devem possuir cotas de participação em empresas prestadoras de serviço de segurança privada cujas atividades tenham sido canceladas nos últimos 5 (cinco) anos; nos processos de renovação, comprovação do pagamento das multas aplicadas em decorrência do descumprimento dos preceitos da 14.967/2024; certidões de regularidade fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária da empresa e de seus sócios ou proprietários; comprovação da origem lícita do capital investido, quando houver indícios de irregularidades, nas hipóteses definidas em regulamento; e apresentação de certidões negativas de antecedentes criminais pela prática de crime doloso dos sócios ou proprietários, administradores, diretores, gerentes e procuradores, obtidas nas justiças Federal, Estadual, Militar da União e das unidades da Federação e Eleitoral, nos locais em que tenham residido nos últimos 5 (cinco) anos.

Também de acordo com a Portaria SEGES-MPDG nº 213, de 25 de setembro de 2017, na contratação de serviços de vigilância, deverão ser observados os limites máximos e mínimos de escala estabelecidos pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEGES/MP). Em seu parágrafo 1º, descreve que os valores limites para os serviços de vigilância seguem as seguintes escalas:

I - Posto de Vigilância: 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

II - Posto de Vigilância: 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas; e

III - Posto de Vigilância: 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

Nesse contexto, a métrica sinalizada no item II mostra-se compatível com as necessidades da ANTT/SC e deverá ser exigida do futuro prestador de serviços, além da comprovação da qualificação técnica, fornecimento de mão de obra capacitada, uniformes e equipamentos adequados à execução das atividades, conforme previsto na legislação vigente.

### **Qualificação da mão de obra**

Com relação a qualificação profissional, a Lei nº 14.967/2024 estabelece os seguintes requisitos para exercício da profissão de vigilante.

*Art. 28. São requisitos para o exercício da atividade de vigilante e de vigilante supervisor:*

*I – ser brasileiro, nato ou naturalizado;*

*II – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;*

*III – ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;*

*IV – ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;*

*V – não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e*

*VI – estar quite com as obrigações eleitorais e militares.*

*§ 1º São requisitos específicos para o exercício da atividade de vigilante:*

*I – ter concluído todas as etapas do ensino fundamental; e*

*II – estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada.*

O profissional alocado também deve possuir características físicas e psicológicas adequadas para monitoramento de movimentações de pessoas e materiais durante todo o período de execução dos serviços, conforme demanda da entidade. Também deve ser capaz de executar as atribuições observando os seguintes requisitos:

- Desenvolver as atribuições de forma cordial e voltada para o interesse público;
- Comunicar imediatamente à ANTT/SC, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança, conforme orientação recebida da ANTT/SC, bem como as que entender oportunas;
- Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;
- Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados;
- Repassar para o próximo vigilante que está assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;
- Comunicar à área de administrativa da ANTT/SC, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da ANTT;
- Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da ANTT/SC, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;
- Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa à executar;
- Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela ANTT/SC;
- Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à ANTT/SC, no caso de desobediência;
- Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;
- Proibir a utilização do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- Executar as rondas diárias conforme a orientação recebida da ANTT/SC verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;
- Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada.

### **Critérios de Sustentabilidade**

A empresa deverá observar critérios e práticas de sustentabilidade, conforme as diretrizes da Administração Pública Federal, usando, preferencialmente, uniformes, equipamentos e demais materiais auxiliares à prestação de serviços de materiais ecologicamente sustentáveis e de fácil descarte. Também deve, sempre que possível, adotar seguintes práticas:

- a) Implementar práticas de redução do consumo de papel, utilizando o padrão frente e verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem como utilizar preferencialmente a fonte ecológica recomendada pela Advocacia-Geral da União, disponível para download no seguinte endereço eletrônico: [www.agu.gov.br/ecofont](http://www.agu.gov.br/ecofont);
- b) Orientar seus empregados, de forma constante, para a redução do consumo de energia elétrica, do consumo de água e da produção de resíduos sólidos, observando as normas ambientais vigentes;
- c) Prever e executar a destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, utilizadas por seus empregados nas dependências da Contratante, conforme disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008;
- d) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR, publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, relativas aos resíduos sólidos;
- e) Orientar seus empregados para a correta destinação dos resíduos recicláveis, utilizando os coletores de resíduos recicláveis existentes nas dependências da Contratante.

Além destes critérios a futura contratação deverá observar requisitos de sustentabilidade social, com a adoção de práticas de gestão que assegurem aos profissionais alocadas direitos legalmente previstos, bem como obrigações para com a contratante. Dentre as práticas a serem adotadas pela empresa contratada destacam-se:

- a) Proibição de atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual, idade ou estado civil na seleção de empregados no quadro da empresa;
- b) Conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- c) Cumprir às normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- d) Observar o Decreto nº 11.430/2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 e dispõe sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres.

### **Garantias Contratuais**

Com relação a garantias contratuais, será exigido garantia suficiente para cobrir eventuais passivos trabalhistas incorridos durante a execução contratual, em decorrência de ação ou omissão por parte da Contratada. A garantia apresentada também deverá cobrir eventuais prejuízos causados à Contratante por má conduta dos funcionários da empresa ou decorrentes da má execução dos serviços de vigilância. A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades previstas na IN 05/2017 ou na Lei 14.133/2001.

### **Subcontratação**

Em virtude da sensibilidade do serviço, a reduzida quantidade de postos de trabalho e visando preservar o interesse público nas atividades envolvidas, a subcontratação do objeto contratual não deverá ser admitida.

### **Transição contratual**

Os serviços em questão são classificados como comuns, uma vez que suas técnicas e métodos de execução não exigem procedimentos específicos para garantir a qualidade e o funcionamento adequado. Por essa razão, não se faz necessária a promoção de transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas por parte da contratada.

## **5. Levantamento de Mercado**

Conforme previsto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, o levantamento de soluções deve contemplar alternativas viáveis para a execução do objeto, justificando técnica e economicamente a escolha. Nesse sentido, foram analisadas as seguintes opções:

### **Solução 01: Contratação de serviços avulsos por demanda (suprimento de fundos ou contratação direta de serviços pontuais)**

Descrição: Utilização de serviços terceirizados apenas quando houver necessidade.

Vantagens: Maior flexibilidade; simplicidade operacional para demandas ocasionais.

Desvantagens: Risco de descontinuidade na execução dos serviços, custos referentes aos processos de contratação, pouca eficiência para atividades de rotina, inconstância do efetivo e vulnerabilidade institucional.

### **Solução 02: Contratação por empresa especializada sem dedicação exclusiva de mão de obra**

Descrição: A empresa fornece profissionais de forma não exclusiva, podendo realocá-los entre diferentes clientes.

Vantagens: Menor custo; flexibilidade para substituição de profissionais; agilidade no início da prestação.

Desvantagens: Alta rotatividade de profissionais, risco de indisponibilidade, menor controle sobre a qualidade e riscos nas informações, inconstância e vulnerabilidade institucional.

### **Solução 03: Contratação por empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra**

Descrição: A empresa disponibiliza profissionais fixos, dedicados exclusivamente à sede da ANTT/SC em Santa Catarina.

Vantagens: Maior segurança e padronização da execução, continuidade dos serviços. substituição imediata em caso de ausência, mão de obra treinada e adaptada na cultura local.

Desvantagens: Maior custo em relação às modalidades anteriores; necessidade de acompanhamento constante pela fiscalização do contrato.

### **Solução 04: Aproveitamento de contratos centralizados ou acordos de cooperação interinstitucional**

Descrição: Utilização de contratos já existentes em outros órgãos federais ou de contratações centralizadas realizadas por órgão gestor.

Vantagens: Redução de custos administrativos, aproveitamento de condições mais vantajosas, menor tempo de tramitação.

Desvantagens: Indisponibilidade do serviço, possível limitação de quantitativos, menor autonomia da unidade na gestão do contrato e risco de informações.

### **Solução 05: Utilização de Mão de Obra Interna (Servidores).**

Descrição: Alocação de servidores do quadro efetivo da Agência para a execução de atividades de vigilância na ANTT/SC.

Vantagens: Proporciona controle total sobre a equipe, integração com a cultura organizacional e maior segurança no tratamento de informações sigilosas.

Desvantagens: Aplicação inviável e incompatível com as atribuições dos servidores da ANTT, seria desvio de função, em razão da falta de previsão na Lei 10.871/2004, que dispõe sobre a criação de carreiras e cargos efetivos das Agências reguladoras. Também pesa a questão do reduzido quadro de pessoal da Agência, cuja força de trabalho é prioritariamente direcionada às atividades-fim e às demandas administrativas, além do fato dos servidores da Agência não possuírem porte de arma para atuação nas atividades.

## **SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA**

Após análise comparativa, a solução considerada mais eficiente e compatível com as necessidades da ANTT/SC é a contratação de empresa especializada com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada. Essa modalidade assegura a continuidade dos serviços de vigilância patrimonial e controle de acesso, garantindo apoio operacional permanente, substituição imediata em casos de ausência, conservação da ordem, controle de informações e melhor alinhamento com as diretrizes da unidade. Assim, a implementação dessa solução reforça o compromisso com a proteção de pessoas e bens, equilibrando eficiência operacional e segurança patrimonial.

Desse modo, a realização da pesquisa preliminar sobre contratações de serviços por postos de trabalho, com dedicação de mão de obra exclusiva, em outros órgãos e entidades públicas, identificou diversos processos licitatórios e muitas empresas no mercado aptas a prestar o tipo de serviço , conforme demonstrado no quadro abaixo:

ÓRGÃO	UASG
Pregão nº 90032/2025 - Instituto Federal do Paraná	158009
Pregão nº 019/2025 - Câmara Municipal do Rio Grande	96737
Pregão nº 90004/2025 - Embrapa Soja/Londrina	135029
Pregão nº 19/2025 - Consórcio Público de Saúde do Setentrião Paranaense	927763
Pregão nº 90003/2025 - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS	389092
Pregão nº 90028/2025 - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Caxias do Sul	928576
Contratação Direta nº 001/2024 - Fundação Nacional de Saúde	255014
Contrato nº 068/2024 - Secretaria de Estado do Turismo do Pará	913000
Contrato nº 38/2022 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	158412
Pregão nº 90002/2024 - Agência Nacional de Telecomunicações	413004
Pregão nº 67/2023 - Prefeitura Municipal de Sertãoópolis - PR	987905
Pregão nº 90003/2024 - Companhia Nacional de Abastecimento	135265
Pregão nº 027/2024 - Tribunal de Contas da União	30001
Pregão nº 58/2023 - Prefeitura do Município de Campo Magro - PR	980842
Pregão nº 90005/2024 - Superintendência Reg. do Departamento de Polícia Federal - SC	200370

Com relação ao local mercado, a pesquisa demonstra que a praça é bem consolidado no estado, afastando possível restrição de competitividade, abaixo listamos algumas das empresas que atendem à solução pretendida para contratação:

Empresa	Sítio eletrônico
CR Vigilância e Segurança Ltda	<a href="http://www.grupocrservicos.com.br">http://www.grupocrservicos.com.br</a>
Orsegups Segurança e Vigilância Ltda	<a href="https://www.orsegups.com.br">https://www.orsegups.com.br</a>
Embrasil Segurança Ltda	<a href="http://www.embrasilseguranca.com.br">http://www.embrasilseguranca.com.br</a>
Lince Segurança Patrimonial Ltda	<a href="http://www.linceseg.com.br">http://www.linceseg.com.br</a>
Adservi Administradora de Serviços Ltda	<a href="http://www.grupoadservi.com.br">http://www.grupoadservi.com.br</a>
Ondrepsb Serviço de Guarda e Vigilância Ltda	<a href="http://www.ondrepsb.com.br">http://www.ondrepsb.com.br</a>
Orcali Serviços de Segurança Ltda	<a href="https://www.orcali.com.br">https://www.orcali.com.br</a>

Outras empresas podem ser consultadas no sítio eletrônico do Sindicato das Empresas de Segurança Privada de Santa Catarina, disponível em: <http://www.sindesp-sc.org.br/empresas-filiadas>.

Com base nos dados analisados, constata-se que os serviços a serem licitados não exigem ampla especialização por parte daqueles que executarão as atividades demandadas. Considerando que, no estado de Santa Catarina e nas demais unidades federativas do país, existem diversas empresas atuantes no ramo de vigilância, fornecendo serviços terceirizados para os setores público e privado, haverá ampla concorrência no certame, o que possibilita o atendimento ao princípio da economicidade para a Administração Pública.

Assim, recomenda-se a contratação de serviços de vigilância em regime continuado, com mão de obra exclusiva, em jornada de 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes, em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, como a solução mais adequada para atender às demandas de segurança patrimonial da ANTT/SC. Essa solução assegura: proteção constante das instalações, atendimento às normas legais e regulamentares, e mitigação de riscos de maneira abrangente e proativa. Além disso, a implementação dessa solução reforça o compromisso com a proteção de pessoas e bens, equilibrando eficiência operacional e segurança patrimonial.

## 6. Descrição da solução como um todo

### Elementos da Contratação - Perfil e qualificação do Vigilante

A prestação dos serviços de vigilância patrimonial armada na sede da ANTT/SC compreende o fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com a inclusão de todos os equipamentos e acessórios necessários para execução dos serviços no seguinte endereço: Rua Felipe Neves, nº 413 - Bairro Canto - Florianópolis - SC.

O objetivo é a manutenção de um ambiente seguro para o desenvolvimento das atividades e zelar pela segurança patrimonial, de modo que seja inviabilizado extravios, roubos e furtos.

A execução se fará por meio de alocação de posto de trabalho, a ser executado da seguinte forma:

- Vigilância Armada - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

A contratada ficará responsável pelo fornecimento da mão de obra, a serem preenchidos por profissionais do CBO nº 5173-30, (vigilante), que devem ser devidamente capacitado e registrado, conforme legislação vigente. Também ficará a cargo do prestador o fornecimento de armas, munições, equipamentos, uniformes, cursos de reciclagem e demais itens necessários à capacitação profissional e execução das tarefas.

Os materiais fornecidos pela contratada, principalmente, armamento e o colete balístico, deverão ser submetidos à vistoria da Contratante para aprovação.

Conforme necessidade da Administração os postos de serviços poderão ser lotados em locais diferentes dos relacionados, por motivo de mudança ou criação de novo posto de trabalho, desde de que dentro da área de abrangência da sede ANTT/SC.

Os serviços de vigilância deverão ser executados por profissional qualificado nos termos da Lei nº 14.967/2024. Para o exercício da profissão, o vigilante deverá preencher os requisitos previstos no art.28

Art. 28. São requisitos para o exercício da atividade de vigilante e de vigilante supervisor:

I – ser brasileiro, nato ou naturalizado;

II – ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos;

III – ter sido considerado apto em exame de saúde física, mental e psicológica;

IV – ter concluído com aproveitamento o curso de formação específico;

V – não possuir antecedentes criminais registrados na justiça pela prática de crimes dolosos e não estar no curso do cumprimento da pena e enquanto não obtida a reabilitação, nos termos dos arts. 93 e 94 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e

VI – estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

§ 1º São requisitos específicos para o exercício da atividade de vigilante:

I – ter concluído todas as etapas do ensino fundamental; e

II – estar contratado por empresa de serviços de segurança ou por empresa ou condomínio edilício possuidor de serviço orgânico de segurança privada.

Também será necessário competências pessoais do funcionário para qualidade da prestação dos serviços, conforme descrito a seguir:

- Demonstrar atenção;
- Demonstrar autocontrole;
- Demonstrar pró-atividade;
- Demonstrar iniciativa; e
- Demonstrar capacidade de contornar situações adversas.

## **Atividades e responsabilidades atribuídas ao posto de trabalho**

- Responder por danos e prejuízos sofridos pela contratante ou por terceiros, especialmente, os decorrentes do mau uso dos bens e equipamentos sob seu controle;
- Controlar a entrada e saída de pessoas, bens, equipamentos e materiais;
- Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento nas instalações da ANTT;
- Acionar o órgão policial sempre que constatada aglomeração, permanência de pessoas nas imediações da Contratante, ações de depredação, possibilidade de invasão, presença de delinquentes e de outros suspeitos;
- Comunicar à Contratante qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, no escritório-sede para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como as que entenderem oportunas;
- Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas autorizadas e identificadas, seja executando diretamente o controle de acesso, seja auxiliando trabalhador terceirizado que o faça;
- Prestar informações ao público quando necessário, sempre com urbanidade;
- Prestar atendimento cortês e garantir as condições de segurança das instalações e pessoas em geral;
- Comunicar à área administrativa da Regional todo acontecimento entendido como irregular ou que possa representar risco para o patrimônio da ANTT ou risco à integridade física dos ocupantes da sede;
- Coibir a aglomeração de pessoas junto ao posto de trabalho, comunicando o fato à contratante no caso de desobediência;
- Vigiar a entrada do escritório e executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação recebida da contratante verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade, examinando inclusive a integridade de fechaduras, portas e instalações em geral;
- Verificar se as portas e janelas estão fechadas ao final de cada expediente;
- Verificar e desligar equipamentos elétricos ao final de cada expediente, salvo aqueles que tenham orientação contrária;
- Acompanhar prestadores de serviços quando em atividade nas instalações do Contratante;
- Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada;
- O vigilante deve manter-se em seu posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados;
- O colaborador deve apresentar postura profissional, conduta ética e discrição no desempenho de suas atividades, alinhados aos protocolos de segurança e à política de atendimento da Contratante.
- E executar quaisquer outras atividades que não foram relacionadas, mas que sejam inerentes à profissão.

## **Capacitação e Reciclagem do Vigilante**

A empresa contratada deverá garantir que o vigilante designado para a prestação dos serviços possua certificação válida do curso de formação de vigilante, conforme exigências da legislação vigente.

Nos casos em que o período de validade do curso de formação tenha expirado ou esteja próximo do vencimento, a contratada deverá providenciar a matrícula do profissional em curso de reciclagem, nos termos da Portaria nº 3.233 /2012 – DPF ou norma que a substitua.

A empresa deverá apresentar à contratante o certificado de conclusão do curso de reciclagem no prazo máximo de 5 (cinco) dias após sua finalização, garantindo a regularidade do profissional para o desempenho das funções de vigilante.

## **Escopo e Horários do serviço**

Os serviços de vigilância serão prestados no horário das 7h às 19h, de segunda a domingo, de forma ininterrupta, de modo que um vigilante perfará 36 horas semanais e o outro, 48 horas semanais.

Destaca-se que o vigilante atuará com armamento, com o intuito de zelar pela integridade do patrimônio e pela segurança física do local, seguindo rigorosamente as orientações e procedimentos estabelecidos pela Administração, além de adotar ações preventivas e reativas quando necessário. A escolha por um vigilante armado visa manter um ambiente de segurança eficaz, minimizando riscos e atendendo às necessidades específicas da ANTT /SC, uma vez que as características locais justifica a necessidade de armamento. Isso proporciona um serviço de segurança alinhado com as exigências legais e as boas práticas do setor.

O serviço contratado deverá observar as disposições da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, e do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que regulamentam a execução indireta de atividades passíveis de terceirização.

## **Materiais a serem disponibilizados**

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os equipamentos, ferramentas e utensílios, necessários para execução da atividade. Sendo estes de primeira qualidade, nas quantidades estimadas, e substituídos quando necessário.

Dessa forma, a Contratada deverá disponibilizar: crachá, revólver calibre 38, cinto com coldre e baleiro, munição calibre 38, capa de colete balístico com porta placa, placas balísticas, livro de ocorrência, cassete, porta cassete, apito, cordão de apito, lanterna 3 pilhas, pilha para lanterna, ou lanterna recarregável, e telefone funcional (celular) para o posto.



O crachá de identificação deverá conter fotografia recente, nome, função do empregado, bem como o nome e o logotipo da contratada. Com relação a munição, a contratada deverá fornecer munição sempre nova, em quantidade suficiente para o exercício da função, sendo que as mesmas deverão ser trocadas por outras, também novas, a cada ano, bem como realizar a revisão semestral das armas e munições conforme determinam as normatizações vigentes. O descarte das munições obedecerá o descrito no § 12º do art. 114 da Portaria DPF 3.233/2012.

A contratada deverá disponibilizar e os vigilantes manter atualizado o livro de ocorrências, sendo este, sempre que necessário, vistoriado e copiado pela equipe de fiscalização contratual. A contratada também ficará com toda a responsabilidade pelo transporte, carga, descarga, armazenagem e guarda dos equipamentos, armas, materiais, componentes, produtos, e aparelhos indispensáveis à execução dos serviços solicitados, sejam eles definitivos ou temporários.

As armas de fogo em utilização devem estar sempre acompanhadas de cópia autenticada do respectivo registro, conforme § 13º do art. 114 da Portaria DPF 3.233/2012. 9.1.7. O armamento deve ser utilizado em estrita obediência às leis e regulamentos vigentes, única exclusivamente, em legítima defesa ou estado de necessidade próprio ou de terceiro, para preservar a integridade dos bens do Contratante e de pessoas que estejam em suas dependências, buscando cessar ou conter a injusta agressão, após esgotados todos os outros meios para a solução do eventual problema.

O vigilante deverá comunicar ao seu superior hierárquico quaisquer incidentes ocorridos no serviço, assim como quaisquer irregularidades relativas ao equipamento, que utiliza. , em especial quanto ao armamento, munições e colete à prova de balas, não se eximindo o empregador do dever de fiscalização.

A contratada deverá disponibilizar no local um sistema de controle de jornada de trabalho, preferencialmente eletrônico. E todos os materiais e equipamentos deverão ser entregues no início da prestação dos serviços, devendo a Contratada zelar por seu efetivo uso durante a prestação dos serviços, renovando-os sempre que a boa apresentação ou eficiência estiver comprometida.

### **Uniforme**

Os uniformes a serem fornecidos aos colaboradores deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, além de observar o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo da categoria, sem qualquer repasse do custo para o empregado.

O uniforme (conjunto completo) deverá compreender as seguintes peças do vestuário, nas quantidades indicadas por vigilante a seguir:

- Calça Unidade - 02 unidades
- Camisa de mangas compridas - 02 unidades
- Camisa de mangas curtas - 02 unidades
- Cinto de Nylon - 02 unidades
- Sapatos - 02 Pares
- Meias - 04 Pares
- Quepe/boné com emblema - 01 unidade
- Jaqueta de frio ou Japona - 02 unidade
- Capa de Chuva Unidade - 01 unidade

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- a) conter emblema da empresa especializada contratada;
- b) não ter semelhança com os uniformes utilizados pelas Forças Armadas do Brasil, pelos órgãos de segurança pública federais e estaduais e pelas guardas municipais;
- c) possuir características que garantam a ostensividade inerente à função;
- d) adequação às condições climáticas do lugar em que o vigilante presta o serviço, de modo a não prejudicar o perfeito exercício de suas atividades profissionais.

As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos acima, sendo fornecidas da seguinte forma:

1. (um) conjunto completo ao empregado no início da execução do contrato, devendo cada peça ser substituída a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação;
2. O primeiro fornecimento deverá ocorrer antes do início da execução do contrato.
3. A contratante poderá exigir, a qualquer tempo, após comunicação escrita, a troca dos uniformes, caso entenda que os mesmos não preenchem os requisitos de boa aparência, qualidade de apresentação e adequação às estações.
4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;
5. Quando houver substituição de funcionário(a), por qualquer motivo, seu substituto deverá trabalhar uniformizado.
6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Considerando que a sede da ANTT/SC está localizada em recinto compartilhado com a Polícia Rodoviária Federal (PRF), e que esta já dispõe de serviços de vigilância armada no período noturno, a necessidade da ANTT/SC restringe-se à contratação de vigilância armada para o período diurno, compreendido entre 7h e 19h.

Os serviços possuem natureza continuada, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme definição constante no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, envolvendo atividades permanentes, essenciais e ininterruptas ao funcionamento da sede da ANTT/SC. Configuram-se em um posto de trabalho diurno, de segunda-feira a domingo, com 2 (dois) vigilantes atuando em regime de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.

A métrica adotada considera que o recinto possui cercamento, que há apenas um ponto de acesso para pessoas e veículos, que a área de ronda gira em torno de 1000 m², além do histórico de pequenas ocorrências atendidas na instituição. Estes fatores justificam a necessidade do quantitativo proposto para garantir a segurança adequada do local.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (art. 24, §1º, IV, da IN 05/2017)			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	VIGILÂNCIA ARMADA - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto de Trabalho	1

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor Anual R\$ 139.685,52**

O valor estimado da contratação foi baseado no procedimento de pesquisa de preços previsto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 26 de maio de 2021. Assim, os parâmetros a serem utilizados na pesquisa de preços estão previstos no art. 5º da referida IN, e podem ser usados de forma combinada ou não. O art. 6º da mesma IN cita, em rol exemplificativo, a possibilidade de utilização da média, da mediana ou do menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados.

Para a definição do valor estimado da contratação, conforme parâmetros dos incisos I e II do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021, foi utilizado a mediana para os valores dos custos indiretos, lucro, SAT, equipamentos e uniformes, considerando tratar-se de serviço comum de mercado e que o rol de equipamentos e uniformes exigidos no neste estudo é muito similar aos demais certames consultados. Também foram considerados os haveres estabelecidos pela CCT SC000250/2025, firmado entre o Sindicado das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina e o Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância e Segurança Privada Prestadora de Serviço no Município de Florianópolis/SC, e outros, visto que se trata de contratação com prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra.

Ressalta-se que o objetivo é prever para a estimativa um valor mínimo de salários e benefícios, baseado em uma CCT paradigma, sendo que, na futura licitação a responsabilidade pelo enquadramento sindical será da licitante, conforme sua atividade preponderante.

Dessa forma, os dados levantados na pesquisa de preços e a metodologia aplicada para obtenção do valor de referência da contratação foram consolidados na planilha de formação de preços (Anexo - SEI nº 37450059), com base nos sistemas oficiais de governo, conforme apresentado seguir:

Fontes para Parâmetros
Pregão 90002/2024 - ANATEL - Escritório Regional 3
Pregão 90019/2025 - CISAMUSEP
Pregão 90003/2024 - CONAB - Regional PR
Pregão 90009//2025 - PRF - Superintendência de Santa Catarina
Contrato nº 021/2021 (Repactuado) - ANTT/SC

Com esse contexto o valor estimado da contratação está resumido no quadro abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA MENSAL (Máximo)	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA ANUAL (Máximo)	FONTE
1	VIGILÂNCIA ARMADA - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas.	Posto de Trabalho	1	R\$ 11.640,46	R\$ 139.685,52	Pesquisa conforme incisos I e II do art. 5º da IN SEGES/ME nº 65/2021 e CCT SC000250/2025

Após a análise dos dados, certifica-se que o valor estimado para a presente contratação é compatível com os praticados no mercado.

### 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A solução não será parcelada, pois se trata de um sistema de segurança com um único posto de trabalho, com jornada de 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas. Dessa forma, o objeto apresenta inviabilidade de parcelamento.

### 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes. O objeto da contratação contempla todas as demandas pertinentes às necessidades do serviço.

### 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Esta demanda está presente no Planejamento de Contratações Anuais (PCA 2025), instituído pela Deliberação nº 18, de 27 de janeiro de 2025, no Item 1.28. Está também alinhada às diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (2024-2027), que tem como objetivo "Incentivar a inovação e a adoção de melhores práticas nas compras e contratações sustentáveis".

Outro ponto de consonância é o ajuste ao Planejamento Estratégico da ANTT (2024-2030), presente no Mapa Estratégico - Processos internos: "Aperfeiçoar a articulação, integração e colaboração internas; as diretrizes de planejamento conjunto de contratações e o Sistema de Governança da ANTT".

Cabe destacar, ainda, que o planejamento da contratação seguiu o Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, desenvolvido em parceria técnica entre Advocacia-Geral da União e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, constante no link: <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/instrumento-de-padronizacao-dos-procedimentos-de-contratacao-agu-fev-2024.pdf>

## 12. Resultados Pretendidos

A contratação de serviços de vigilância em regime continuado, com mão de obra exclusiva, proporcionará diversos benefícios para a Contratante, entre os quais destacam-se:

1. Proteção patrimonial: Garantia de segurança para bens móveis e imóveis, reduzindo o risco de furtos, vandalismo ou danos ao patrimônio.
2. Segurança para pessoas: Proteção de servidores, colaboradores, visitantes e usuários das instalações, promovendo um ambiente seguro e confiável.
3. Atendimento imediato: Disponibilidade de profissional treinado para lidar com emergências e situações de risco, assegurando respostas rápidas e eficazes.
4. Prevenção de prejuízos: Redução de custos potenciais decorrentes de incidentes de segurança, como roubos ou interrupções operacionais.
5. Eficiência operacional: Garantia de que a segurança patrimonial seja conduzida por profissional especializado, permitindo que a equipe interna foque em suas atividades principais.

Dessa forma, a contratação proposta otimiza os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis ao buscar junto à iniciativa privada uma solução de vigilância patrimonial, que não é mais provida por intermédio de concurso público no âmbito da Administração Pública Federal.

## 13. Providências a serem Adotadas

Não existem providências a serem adotadas no presente processo de instrução de contratação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

Para a prestação dos serviços de vigilância, a Contratada, além de prestar os serviços em conformidade com as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e no Decreto nº 7.746 /2012, da Casa Civil, da Presidência da República, no que couber, deverá:

I - Orientar seus empregados sobre prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;

II - Utilizar equipamento e materiais de intercomunicação (como rádio, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;

III - Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 e nº 424/2010, para a aquisição e descarte de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

IV - Observar a Resolução CONAMA nº 20/1994, utilizando equipamentos que gerem menos ruído em seu funcionamento;

V - Utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;

VI - Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

VII - Colaborar com as medidas de redução de consumo racional de água, cujos encarregados ou prepostos devem atuar como facilitadores das mudanças de comportamento dos empregados da Contratada, esperadas com essas medidas;

VIII - Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição de produtos e equipamentos que apresentem eficiências energética e redução de consumo;

IX - Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia fornecidas pela Contratante.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de serviços continuados de vigilância patrimonial armada, com as características definidas neste estudo, é de fundamental importância para o funcionamento das atividades da ANTT/SC. Essa contratação está em total conformidade com a legislação vigente e, certamente, trará todos os benefícios esperados, tanto em termos de economia processual e operacional quanto em melhoria e sustentação das atividades da Administração.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: De acordo.

**DANIEL PEREIRA COELHO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 28/01/2026 às 17:30:22.*

Despacho: De acordo.

**MARCIA BRITTO DE ALMEIDA**

Membro da comissão de contratação